

Artigo Original

# Repercussões da pandemia de COVID-19 nas ocupações de pré-escolares

## *Repercussions of the COVID-19 pandemic on preschoolers' occupations*

Carolinne Linhares Pinheiro<sup>a,b</sup> , Sylvia Gois Santos Vitorio<sup>a</sup> , Mirela de Oliveira Figueiredo<sup>b</sup> 

<sup>a</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

**Como citar:** Pinheiro, C. L., Vitorio, S. G. S., & Figueiredo, M. O. (2024). Repercussões da pandemia de COVID-19 nas ocupações de pré-escolares. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 32(sp1), e3703. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO285037031>

### Resumo

**Introdução:** O distanciamento físico decorrente da pandemia de COVID-19 acarretou restrição ao domicílio e alterou as formas usuais de concretização das ocupações de crianças, privando-as de experiências promotoras do desenvolvimento. **Objetivo:** Identificar as repercussões da fase inicial da pandemia de COVID-19 nas ocupações de pré-escolares. **Método:** Estudo descritivo, quantitativo, transversal, com 35 responsáveis por pré-escolares de 3 anos, do município do Rio de Janeiro. Utilizou-se questionário autoaplicável para investigar as modificações nas ocupações infantis na fase inicial da pandemia. **Resultados:** Ocorreram transformações em todas as ocupações investigadas: interação com pares (100%), parentes (94,2%) e participantes (91,4%); lazer (97,1%); brincar (91,4%); alimentação (88,6%); atividades em tela (88,6%); atividades físicas (80%); e sono (68,6%). Identificou-se redução/ausência de brincadeiras em ambientes externos, maior demanda pelo adulto na brincadeira, ausência do brincar com pares e maior tempo de brincadeira em eletrônicos. O lazer tornou-se menos frequente, mais restrito e voltado às telas. Destarte, aumentou o tempo de exposição diária às telas. Verificou-se ausência/diminuição importante da interação presencial com pares e parentes, redução das atividades físicas (frequência e variedade), dificuldade em manter uma rotina alimentar organizada e mudanças nos horários de sono. Tais resultados são discutidos e corroborados pela literatura atual sobre o tema. **Conclusão:** Na fase inicial da pandemia, de maior rigor do distanciamento físico, as crianças enfrentaram restrições importantes em suas ocupações, com limitações na diversidade, quantidade e qualidade das oportunidades para seu pleno desenvolvimento. Logo, a vivência do contexto pandêmico pode ter se configurado como força despotencializadora do desenvolvimento infantil.

**Palavras-chave:** Atividades Cotidianas, Pré-escolar, COVID-19, Desenvolvimento Infantil.

Recebido em Dez. 1, 2023; 1ª Revisão em Abr. 15, 2024; Aceito em Abr. 27, 2024.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

### **Abstract**

**Introduction:** The physical distancing resulting from the COVID-19 pandemic led to home confinement and altered the usual ways in which children's occupations were conducted, depriving them of experiences that promote development. **Objective:** To identify the repercussions of the initial phase of the COVID-19 pandemic on the preschoolers' occupations. **Method:** A descriptive, quantitative, cross-sectional study conducted with 35 guardians of 3-year-old preschoolers from the city of Rio de Janeiro. A self-administered questionnaire was used to investigate changes in children's occupations during the initial phase of the pandemic. **Results:** Changes occurred in all occupations investigated: interaction with peers (100%), relatives (94.2%), and participants (91.4%); leisure (97.1%); play (91.4%); eating (88.6%); screen activities (88.6%); physical activities (80%); and sleep (68.6%). There was a reduction/absence of playing in outdoor environments, greater demand for adult participation in play, absence of play with peers, and increased time spent on electronic play. Leisure became less frequent, more restricted, and screen-oriented. Thus, the daily screen exposure time increased. There was a significant absence/decrease of in-person interaction with peers and relatives, a decrease in physical activities (frequency and variety), difficulty in maintaining an organized eating routine, and changes in sleep schedules. These results are discussed and corroborated by current literature on the subject. **Conclusion:** During the initial phase of the pandemic, when physical distancing was more stringent, children faced significant restrictions in their occupations, with limitations in the diversity, quantity, and quality of opportunities for their full development. Therefore, the experience of the pandemic context may have been acted as a hindering force in children's development.

**Keywords:** Activities of Daily Living, Preschool Child, COVID-19 Pandemic, Child Development.

## **Introdução**

A pandemia de COVID-19 (*Coronavirus Disease 2019*), causada pelo vírus SARS-CoV-2, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020). Diante da inexistência de um tratamento farmacológico eficaz, da alta taxa de transmissibilidade e do grande risco à vida, foram adotadas medidas de contenção da doença, como o distanciamento social e a restrição à circulação de pessoas (Aquino et al., 2020).

No município do Rio de Janeiro, uma série de decretos foram publicados a partir de março de 2020, contendo medidas para o enfrentamento da pandemia. O decreto nº 47.262, de 21 de março de 2020, determinou o início de medidas mais restritivas à circulação de pessoas e ao distanciamento social (Rio de Janeiro, 2020a). Cabe destacar que, em 2021, o Descritores em Ciências da Saúde (*Medical Subjects Headings*) (DeCS/MeSH) estabeleceu o descritor “distanciamento físico” para indicar a manutenção da recomendação de separação espacial das pessoas. O termo “distanciamento social” passou a ser considerado alternativo para esse descritor, já que o objetivo era evitar a aproximação física entre as pessoas, e não o contato social em si.

Tais medidas – embora tenham sido necessárias para conter o crescimento exponencial da doença, prevenir mortes e evitar o colapso de sistemas de saúde ao redor

do mundo – acarretaram diversas transformações nos contextos familiar, econômico e social brasileiros (Almeida et al., 2020; Araújo & Lua, 2021; Linhares & Enumo, 2020).

As creches, escolas e espaços de lazer foram fechados, o comércio teve seu funcionamento restrito e as formas de trabalho foram modificadas, causando aumento do desemprego e diminuição da renda da população (Araújo & Lua, 2021; Figueiredo et al., 2021). A necessidade de confinamento domiciliar, vivenciada especialmente nos meses iniciais da pandemia, provocou sensações de medo e incerteza, expondo pais e crianças a estresse excessivo, o que gerou comprometimentos psicossociais como ansiedade, insegurança, depressão e transtornos do sono (Araújo et al., 2021; Aydogdu, 2020; Fernandes et al., 2023).

Apesar de as crianças não fazerem parte do grupo populacional mais vulnerável à doença, a vivência do contexto pandêmico pode ter acarretado adversidades para o seu pleno desenvolvimento (Araújo et al., 2021; Fernandes et al., 2023; Linhares & Enumo, 2020). Entre as diversas modificações experimentadas, destaca-se a alteração e até mesmo a interrupção das formas usuais de realização de ocupações relevantes na infância, como brincar, interagir com pares e pessoas significativas, estudar e ter lazer (Betti, 2021; Figueiredo et al., 2021; Sá et al., 2021).

Figueiredo et al. (2021) explicam que é por meio do engajamento em ocupações significativas que as crianças encontram estrutura, organização, identidade e oportunidades de desenvolvimento e expressão de si. Já Folha & Della Barba (2020) afirmam que o repertório ocupacional é dinâmico e se torna mais complexo com a evolução da faixa etária e mediante a interação da criança com suas ocupações e ambientes. O engajamento ocupacional torna-se, portanto, primordial para o desenvolvimento cognitivo, físico, afetivo, social, da autonomia e da comunicação, além de influir positivamente na saúde e no bem-estar (Figueiredo et al., 2021; Folha & Della Barba, 2020).

O contexto pandêmico e o confinamento domiciliar alteraram a rotina familiar, dificultaram as possibilidades de interação, produziram restrição e/ou privação de oportunidades e experiências salutares e significativas para as crianças (Araújo et al., 2021; Figueiredo et al., 2021; Pfeifer & Sant’Anna, 2022). É provável que, assim como os adultos, as crianças também tenham vivenciado o estado de interrupção ocupacional<sup>1</sup> (Hammell, 2020). A interrupção ocupacional ocorre quando há mudança abrupta e temporária na rotina e no engajamento da pessoa em ocupações significativas, decorrente de fatores externos ao seu controle, o que pode prejudicar sua saúde e bem-estar (Nizzero et al., 2017).

Diante do exposto, considera-se que as inúmeras modificações vivenciadas pelas crianças em seu cotidiano e no engajamento em ocupações significativas durante a pandemia de COVID-19 podem ter impactado negativamente seu processo de desenvolvimento (Araújo et al., 2021; Figueiredo et al., 2021; Pfeifer & Sant’Anna, 2022).

Posto isso, torna-se relevante investigar os impactos da pandemia na rotina e no desenvolvimento das crianças, pois, com tal conhecimento, pode-se fomentar políticas públicas que envolvam saúde, educação e assistência social, além de preparar as famílias para mitigar e prevenir riscos ao desenvolvimento infantil em caso de restrições semelhantes às impostas pela pandemia. Assim, este estudo teve como objetivo identificar as repercussões da fase inicial da pandemia da COVID-19 nas ocupações de pré-escolares do município do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup>Tradução nossa para o termo “occupational disruption”.

## Método

Estudo descritivo, quantitativo e transversal (Andrade & Theobald, 2020) derivado de uma pesquisa que investigou repercussões da pandemia no desenvolvimento e nas ocupações de crianças na primeira infância (0 a 6 anos), aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) sob o parecer número 4.414.593.

Os critérios de inclusão dos participantes foram: ser maior de 18 anos; ser responsável por pelo menos uma criança com idade entre 18 meses e 5 anos e 11 meses; e residir com a criança na cidade do Rio de Janeiro. O critério de exclusão foi o responsável relatar diagnóstico ou suspeita diagnóstica da criança de Transtorno do Espectro Autista (TEA), condições neurológicas, síndromes genéticas ou deficiência sensorial (visual ou auditiva).

Trata-se de uma pesquisa de doutorado (em andamento), na qual as crianças foram divididas em grupos etários para realização das análises. O presente estudo apresenta os resultados do grupo de criança de três anos, que apresentou o maior tamanho amostral e foi o primeiro grupo etário a ser analisado. Por esse motivo, foram incluídos como participantes apenas os responsáveis por crianças de 3 anos (36 a 47 meses).

Os dados foram coletados por meio de um questionário online autoaplicável, contendo perguntas objetivas que investigaram, entre outros aspectos, as características sociodemográficas do participante e da criança, as condições socioeconômicas da família e as modificações na rotina das ocupações infantis, como alimentação, sono, lazer, brincar, prática de atividades físicas, interação social e uso de telas, vivenciadas nos quatro meses iniciais da pandemia (março a julho de 2020). Convém esclarecer que o levantamento das mudanças nas ocupações infantis foi realizado com base no resgate de memória dos participantes, o que pode ter ocasionado desvios ou imprecisões nas memórias.

A definição do período de março a julho de 2020 decorreu do maior rigor nas medidas restritivas de circulação e de distanciamento físico, que começaram a ser flexibilizadas com a publicação do plano de retomada das atividades econômicas (Rio de Janeiro, 2020b). Salienta-se que, em 31 de julho de 2020, lanchonetes, bares, restaurantes, comércios, academias e centros de treinamento esportivo estavam abertos, mas com restrições de horário de funcionamento, lotação e medidas de distanciamento físico. As creches, escolas e espaços culturais permaneciam fechados, a aglomeração em ambientes abertos era proibida, e as praias só podiam ser usadas para a prática de atividades físicas (Rio de Janeiro, 2020c).

O Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) (Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa, 2019) foi utilizado para classificar as famílias dos participantes. Esse instrumento estima o poder de compra de famílias brasileiras pela mensuração do acesso a 12 itens de conforto e a serviços públicos essenciais, como água encanada e pavimentação de rua, bem como do nível de instrução da pessoa com maior renda da família. Cada item possui uma pontuação específica, e quanto maior o somatório total dos pontos, mais elevada é a classe econômica, definida da seguinte forma: A (45-100 pontos); B1 (38-44 pontos); B2 (29-37 pontos); C1 (23-28 pontos); C2 (17-22 pontos); e DE (0-16 pontos) (Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa, 2019).

No que tange aos procedimentos de coleta dos dados, a convocação dos participantes foi realizada por meio das redes sociais *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*. Um convite digital foi divulgado nas redes sociais dos integrantes da equipe da pesquisa e replicado por vários de seus

contatos para ampliar o alcance da divulgação. Após a confirmação do interesse em colaborar na pesquisa, o participante era direcionado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, mediante seu consentimento, acessava o questionário de coleta de dados.

A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2020 e março de 2021. Houve 145 respostas ao questionário; todavia, 17 delas foram desconsideradas, pois os respondentes não preencheram todos os critérios de inclusão e/ou atenderam ao critério de exclusão. Destarte, a pesquisa contou com um total 128 participantes, dos quais 35 eram responsáveis por crianças com 3 anos de idade, que compuseram a amostra do presente estudo.

A análise dos dados envolveu o uso de estatística descritiva simples, com os resultados apresentados em tabelas. Foram calculadas as frequências para a maioria das variáveis, bem como a média e o desvio padrão para as variáveis de idade do participante e da criança.

## **Resultados e Discussão**

A análise do perfil dos participantes, cuja caracterização é apresentada na Tabela 1, demonstra que a maioria era composta por mães das crianças (88,6%), com idades entre 23 e 49 anos, média de 35 anos ( $DP=\pm 6,1$  anos), e que tinham somente um filho (68,6%). A desigualdade de gênero no cuidado e na responsabilidade de criar os filhos (Silva et al., 2020) provavelmente justifica o maior interesse das mães em participarem do estudo.

Verificou-se nível de escolaridade alto dos participantes, pois 77,2% tinham pelo menos o ensino superior completo (Tabela 1). Dado semelhante foi obtido no que tange à escolaridade do outro responsável pela criança, já que 60% dos participantes informaram pelo menos o ensino superior completo. Em consonância, observou-se que a maioria dos participantes (79,9%) pertencia a estratos econômicos mais elevados, de acordo com o CCEB (classes A e B), e que pouco mais da metade (57,1%) relatou renda mensal familiar igual ou superior a R\$ 5.225,00 e 34,3% declararam renda igual ou superior a R\$ 10.450,00 (Tabela 1). Em contrapartida, 28,6% dos participantes apontaram renda mensal entre R\$ 1.045,00 a R\$ 3.1135,00.

O nível de educação formal e de classificação econômica são aspectos que se relacionam, já que quanto maior a escolaridade, maior a possibilidade de obtenção de emprego com maior remuneração (Salvato et al., 2010). Ressalta-se que os participantes apresentaram rendimentos privilegiados quando comparados àqueles da massa populacional fluminense, pois a renda domiciliar reportada pela maioria foi igual ou superior à cinco salários-mínimos em 2020, enquanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020) indicou uma média de renda mensal domiciliar de aproximadamente R\$ 1.723,00 para os residentes do estado do Rio de Janeiro naquele ano.

Em relação às crianças, a idade média foi de 41 meses ( $DP=\pm 3,5$  meses). A maioria era do sexo feminino (60%) e estava matriculada em pré-escola ou creche (82,9%), das quais 51,4% estavam em instituição privada e 65,7% vivenciaram o ensino remoto.

Cabe elucidar que, diante do fechamento das escolas e da falta de previsão para sua reabertura, em abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer n.º 5/2020, que validou o uso de atividades pedagógicas não presenciais em todos os níveis de ensino, incluindo a educação infantil, destinada a crianças entre 3 e 5 anos (Brasil, 2020).

**Tabela 1.** Caracterização dos participantes e de suas crianças.

Variáveis	n=35	%
<b>Parentesco com a criança</b>		
Mãe	31	88,6
Pai	4	11,4
<b>Número de filhos</b>		
1	24	68,6
2	9	25,7
3	2	5,7
<b>Escolaridade do participante</b>		
Fundamental II completo / Médio incompleto	2	5,7
Médio completo / Superior incompleto	6	17,1
Superior completo	9	25,7
Pós-graduação	10	28,6
Pós-graduação - Stricto sensu	8	22,8
<b>Classificação no CCEB</b>		
Classe A	6	17,1
Classe B1	9	25,7
Classe B2	13	37,1
Classe C1	6	17,1
Classe C2	1	2,8
<b>Sexo da criança</b>		
Feminino	21	60
Masculino	14	40
<b>Matrícula da criança em creche/pré-escola</b>		
Sim	29	82,9
Não	6	17,1
<b>Tipo de instituição de ensino</b>		
Pública	11	31,4
Privada	18	51,4
Não se aplica	6	17,1
<b>Participação da criança no ensino remoto</b>		
Sim	23	65,7
Não	6	17,1
Não se aplica	6	17,1

A pandemia gerou muitas transformações em um curto intervalo de tempo. A rotina escolar das crianças foi interrompida, o ensino remoto foi implementado, e estas foram apenas algumas das inúmeras mudanças no cotidiano e na rotina das famílias em todo o mundo, impostas pelas necessárias medidas de distanciamento físico (Linhares & Enumo, 2020).

A Tabela 2 contém informações sobre as modificações vivenciadas no contexto de vida dos participantes. Quanto à adesão da família às medidas de distanciamento físico durante os quatro primeiros meses de pandemia, foi solicitado que os participantes indicassem, considerando pontuação de 1 a 5, o nível de distanciamento físico adotado. A pontuação 1 significava a não realização do distanciamento, com saídas constantes de

casa, participação em eventos e comemorações, manutenção de visitas a parentes, enquanto a pontuação 5 implicava saídas do domicílio restritas a afazeres imprescindíveis (como ir ao mercado, ir ao médico...). Os participantes informaram, de modo expressivo, que suas famílias seguiram completa (62,8%) ou quase completamente (25,7%) as medidas de distanciamento físico entre março e julho de 2020, o que corrobora estudos realizados em diferentes estados, que identificaram boa adesão da população a tais medidas (Almeida et al., 2020; Barros et al., 2020).

Alterações na renda familiar foram reportadas por mais de 70% dos responsáveis após o início da pandemia, dos quais 40% informaram pequena diminuição, enquanto 25,7% mencionaram diminuição importante da renda (Tabela 2). Esses dados coadunam com os obtidos por Almeida et al. (2020) acerca das transformações nas condições socioeconômicas de brasileiros no início da pandemia, quando mais de 50% dos trabalhadores ativos apontaram redução nos ganhos mensais familiares. Constata-se, dessa forma, que as medidas de restrição social, embora necessárias, prejudicaram o cenário econômico, provocaram redução de salários, falências e desemprego (Almeida et al., 2020; Araújo & Lua, 2021).

O trabalho dos participantes e dos outros responsáveis pelas crianças também foram afetados. A maioria (71,4%) indicou mudanças em seu próprio trabalho, destacando-se o trabalho remoto (51,4%) e a diminuição de renda (31,4%). Além disso, 60% relataram modificações no trabalho do outro responsável, sendo a diminuição de renda a alteração mais citada (Tabela 2). De maneira similar, nos estudos de Almeida et al. (2020) e Araújo & Lua (2021), as principais alterações reportadas pelos participantes incluíram o início do trabalho remoto, a diminuição da renda e o aumento da carga horária de trabalho.

Com a adesão ao trabalho remoto, instaurou-se para os trabalhadores o desafio de conciliar as demandas laborais, domésticas, de cuidado e descanso, ao mesmo tempo em enfrentavam intensas jornadas de trabalho sem delimitação temporal e precisavam manejar as vicissitudes econômicas enfrentadas pela família (Almeida et al., 2020; Araújo & Lua, 2021). Somado a isso, o confinamento domiciliar limitou as possibilidades de escape das tensões cotidianas, o que pode ter elevado o nível de estresse, prejudicado a saúde mental e favorecido a ocorrência de transtornos psíquicos, afetando o funcionamento familiar (Araújo & Lua, 2021; Linhares & Enumo, 2020).

A rotina familiar foi impactada para maioria expressiva dos participantes (97,1%) durante os primeiros quatro meses de pandemia (Tabela 2). Segundo a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, os processos proximais, constituídos por meio da interação com as pessoas, objetos e símbolos do ambiente em que o indivíduo está inserido, são fundamentais para o seu desenvolvimento (Martins & Szymanski, 2004). Dessa forma, é possível depreender que transformações na vida familiar podem influenciar o desenvolvimento dos indivíduos.

Essa teoria ainda aponta a existência de contextos essenciais de vida, denominados sistemas, que integram esse processo de desenvolvimento: o microsistema, contexto em que o indivíduo participa ativamente, no qual os processos proximais são estabelecidos, como a família ou a escola ao se pensar na criança; o mesossistema, formado pelas interrelações entre dois ou mais microsistemas, como a relação da família com a escola; o exossistema, composto por um ou mais ambientes onde o indivíduo não participa diretamente, mas que pode afetar ou ser afetado por ele, como o trabalho dos pais; e, por fim, o macrosistema, que envolve todos os outros sistemas e engloba eventos relacionados à estrutura política, social e/ou cultural (Martins & Szymanski, 2004).

**Tabela 2.** Mudanças no contexto de vida familiar durante a pandemia.

Variáveis	n=35	%
<b>Realização do distanciamento físico</b>		
5 (Distanciamento físico completo)	22	62,8
4	9	25,7
3	3	8,6
2	1	2,8
1 (Não realização do distanciamento físico)	0	0
<b>Mudanças na rotina familiar</b>		
Sim	34	97,1
Não	1	2,8
<b>Mudança na renda mensal familiar</b>		
Sim	25	71,4
Não	10	28,6
<b>Tipo de mudança</b>		
Aumento da renda	2	5,7
Pequena diminuição da renda	14	40
Grande diminuição da renda	9	25,7
<b>Mudança no trabalho do participante</b>		
Sim	25	71,4
Não	10	28,6
<b>Tipos de mudança*</b>		
Passou a trabalhar de forma remota	18	51,4
Houve diminuição de renda	11	31,4
Houve aumento da carga horária de trabalho	5	14,3
Perdeu o trabalho	3	8,6
Iniciou trabalho informal	1	2,8
<b>Mudança no trabalho do outro responsável</b>		
Sim	21	60
Não	7	20
Não se aplica	7	20
<b>Tipos de mudança*</b>		
Houve diminuição de renda	11	31,4
Passou a trabalhar de forma remota	8	22,8
Houve aumento da carga horária de trabalho	4	11,4
Perdeu o trabalho	1	2,8
Iniciou trabalho informal	0	0
Outra opção	1	2,8

\*Há sobreposição das respostas.

Possivelmente, todos esses contextos foram impactados pela pandemia. Ao se considerar as crianças, destacam-se os impactos negativos no microsistema familiar e escolar, os quais podem ter afetado os processos proximais e, conseqüentemente, o principal mecanismo para o desenvolvimento humano (Linhares & Enumo, 2020; Martins & Szymanski, 2004).



Quanto às ocupações infantis, foram mencionadas, de forma expressiva, transformações relevantes em todas elas nesse período: interação com pares (100%); lazer (97,1%); interação com parentes (94,2%); interação com o participante (91,4%); brincar (91,4%); alimentação (88,6%); atividades em tela (88,6%); prática de atividades físicas (80%); e sono (68,6%), como explicitado nas Tabelas 3, 4 e 5. Isso reforça a ideia de que, além de gerar diversas modificações no cotidiano das famílias, as medidas de distanciamento físico provocaram, para muitas delas, um estado de interrupção ocupacional (Hammell, 2020).

Sima et al. (2017) estudaram as implicações ocupacionais dois anos após o desastre natural provocado pelo ciclone Yasi, na Austrália, em 2011. Concluíram que os sobreviventes vivenciaram profunda interrupção em suas ocupações produtivas, sociais e de lazer, e que o reengajamento em ocupações significativas foi fundamental para sua recuperação física, emocional e social. Esses achados reforçam a ideia de Hammell (2020) de que a ocupação pode ser um meio de promover o bem-estar e proporcionar estrutura, rotina e significado por meio do engajamento em papéis ocupacionais.

Salienta-se que existem diferentes concepções acerca da ocupação humana, entre elas, a estabelecida pela terapeuta ocupacional Wilcock (1999) na sua teoria sobre a natureza ocupacional do ser humano. Nessa teoria, a ocupação humana é explicada a partir da síntese de três conceitos que se relacionam entre si: *Fazer*, *Ser* e *Tornar-se*.

O *Fazer* envolve as ações constantes e diárias realizadas pelas pessoas e permite o crescimento e o desenvolvimento pessoal e social (Wilcock, 1999). “As pessoas [...] realizam tarefas diárias, incluindo coisas que sentem que devem fazer e outras que desejam fazer. A evolução humana é preenchida de ações contínuas e progressivas [...]” (Wilcock, 1998, como citado em Wilcock, 1999, p. 3; tradução nossa). O conceito de *Ser* é entendido como a essência de si mesmo, o que motiva e propulsiona o indivíduo; logo, delinea o impulso natural do fazer humano. Já o *Tornar-se* representa o resultado da interação entre o *Fazer* e o *Ser*, pois a relação entre o que se faz e quem se é no presente permite a transformação da pessoa naquilo que ela aspira ser. Portanto, o *Tornar-se* relaciona-se com a história e o contexto de vida individual e representa o potencial de crescimento futuro de cada um (Wilcock, 1999).

Em síntese, o engajamento em ocupações possibilita o fazer humano, que expressa o ser e impulsiona a busca para transformar-se naquilo que se almeja. Logo, é a partir do equilíbrio da relação entre *Fazer*, *Ser* e *Tornar-se* que a ocupação assume um caráter propulsor para a saúde e o bem-estar (Wilcock, 1999, 2007). De modo semelhante, o desequilíbrio dessa relação, vivenciado no estado de interrupção ocupacional, pode repercutir negativamente no desenvolvimento do indivíduo, uma vez que “[...] fazer ou não fazer são poderosos determinantes do bem-estar ou da doença” (Wilcock, 1999, p. 3; tradução nossa).

Posto isso, a ocupação também pode ser compreendida como um mecanismo para o processo de desenvolvimento do indivíduo, como constatado nas palavras de Wilcock (1993, p. 17, como citado em Hocking & Townsend, 2020, p. 7; tradução nossa):

[...] a ocupação satisfaz as necessidades humanas básicas de sobrevivência, fornece o mecanismo para que as pessoas exercitem e desenvolvam capacidades inatas de natureza biológica, social e cultural, para se adaptarem às mudanças ambientais e prosperarem como indivíduos.

Em consonância, Folha & Della Barba (2020, p. 228) consideram que “[...] a participação em ocupações infantis contribui para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo da criança e influencia diretamente a saúde e o bem-estar infantil e da família”.

Por conseguinte, é possível reconhecer que a ocupação e o desenvolvimento são interdependentes, pois, por meio da participação em ocupações significativas as crianças aprendem e praticam novas habilidades, alcançam autonomia e independência e tornam-se produtivas e socialmente envolvidas. É também através dessas conquistas que elas alcançam um desenvolvimento adequado e saudável (Betti, 2021; Betti et al., 2023; Folha & Della Barba, 2020; Figueiredo et al., 2021).

Diante dessas premissas, dos resultados deste estudo e das transformações impostas pela pandemia, a relação da criança com o ambiente e a ocupação foi alterada. Coelho (2021) e Paterson et al. (2021) apontaram a diminuição da prática de atividades significativas na rotina das crianças no período pandêmico, bem como a realização de algumas ocupações de maneira desinteressada e insatisfatória, o que implica possíveis riscos e/ou prejuízos para o desenvolvimento infantil.

Alterações percebidas no lazer das crianças foram relatadas por 97,1% dos responsáveis. Foi relatado principalmente que as atividades de lazer passaram a ser realizadas exclusivamente com as pessoas que moram no mesmo domicílio da criança (68,5%), que a frequência dessas atividades diminuiu nesse período (57,1%) e que o lazer passou a estar mais vinculado ao uso de telas (54,2%) (Tabela 3). O confinamento domiciliar restringiu as possibilidades de lazer das crianças, que relataram sentir falta de andar de bicicleta, ir ao parque, patinar e correr (Berbet et al., 2021; Guan et al., 2020).

Cabe ressaltar que, uma vez que as áreas de lazer foram fechadas e as reuniões sociais se tornaram restritas ou inexistentes, o uso da tecnologia, embora prejudicial quando em excesso, tornou-se estratégia relevante para viabilizar acesso a atividades recreativas e de interação social (Betti, 2021; Berbet et al., 2021), ocasionando o aumento do tempo recreativo em telas. Neste estudo, identificou-se que 88,6% das crianças aumentaram a exposição diária às telas em relação ao período pré-pandêmico, e mais da metade dos participantes (54,2%) reportou aumento igual ou superior a três horas diárias (Tabela 3), resultando em um acréscimo mínimo de 21 horas semanais. Xiang et al. (2020) relataram um aumento total de 30 horas semanais na exposição às telas para 2.426 crianças chinesas entre 6 e 17 anos. Stienwandt et al. (2022) verificaram que, no Canadá, crianças de 2 a 8 anos ficaram expostas às telas por cerca de 32 horas semanais durante os meses iniciais da pandemia.

Apesar dos benefícios proporcionados pelo acesso à tecnologia durante a pandemia, como o entretenimento e a redução dos impactos do distanciamento físico, Cartanya-Hueso et al. (2022) comprovaram, em estudo com crianças espanholas (4 a 14 anos), que aquelas que utilizaram telas para lazer por mais de 180 minutos diários tiveram maior probabilidade de desenvolverem complicações emocionais e comportamentais. Observaram ainda que essas crianças tinham maior dificuldade na interação com os pares e poderiam tornar-se menos envolvidas socialmente quando comparadas às que utilizaram as telas para lazer por menos de 60 minutos diários.

Isso pode ser explicado pelo lazer ser considerado uma ocupação motivada intrinsecamente e realizada em tempo livre, sem ligação com outras ocupações como trabalho, autocuidado ou sono (American Occupational Therapy Association, 2020), que proporciona interação segura, construção de vínculo e regulação emocional, as quais favorecem o desenvolvimento acadêmico, psicológico, social e comportamental da criança

(Boelens et al., 2022). Desse modo, participar de atividades de lazer é considerado fator de proteção para a saúde mental e física das crianças, pois está associado a menor número de queixas psicológicas e à construção de habilidades que proporcionam competência, confiança e conexão positiva com pares e adultos (Boelens et al., 2022). Logo, é provável que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a saúde mental das crianças tenham sido prejudicadas pela pandemia (Berbet et al., 2021).

**Tabela 3.** Modificações na rotina das ocupações infantis de lazer, brincar e atividades em telas entre março e julho de 2020.

Variáveis	n=35	%
<b>Mudança na rotina do lazer</b>		
Sim	34	97,1
Não	1	2,8
<b>Tipos de mudança*</b>		
Atividades realizadas somente com as pessoas do domicílio	24	68,6
A frequência das atividades de lazer diminuiu	20	57,1
O lazer se voltou muito ao uso de telas	19	54,2
Restrição do lazer às atividades que podiam ocorrer em casa	16	45,7
Outras	2	5,7
<b>Mudança na rotina do brincar</b>		
Sim	32	91,4
Não	3	8,6
<b>Tipos de mudanças*</b>		
Diminuição/ausência das brincadeiras em ambiente externo	27	77,1
Maior demanda da presença do adulto para brincar	23	65,7
Ausência de brincadeiras com outras crianças	20	57,1
Aumento do tempo brincando em equipamentos eletrônicos	19	54,2
Passou a brincar sozinha por mais tempo	11	31,4
Aumento do tempo de envolvimento em brincadeiras	11	31,4
Redução das brincadeiras envolvendo movimentos	8	22,8
Dificuldade de brincar sozinha ou criar novas brincadeiras	6	17,1
Diminuição do tempo de envolvimento em brincadeiras	6	17,1
Ficar constantemente entediada durante as brincadeiras	5	14,3
Outras	2	5,7
Redução do interesse pelas brincadeiras	1	2,8
<b>Mudança na rotina do uso de telas</b>		
Sim	31	88,6
Não	4	11,4
<b>Aumento do tempo de exposição diária a telas</b>		
Aumento de 3 horas ou mais	19	54,2
Aumento de 2 horas	7	20
Aumento de 1 hora	3	8,6
Aumento de menos de 1 hora	2	5,7

\*Há sobreposição das respostas.

Além de proporcionar entretenimento, durante a pandemia, as telas foram usadas, entre outras finalidades, como meio de distração passiva pelas famílias com crianças, cumprindo o objetivo de conter e mediar seu comportamento (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019). Nesse período, o desafio de trabalhar em casa e dar conta de todas as demandas foi, em parte, contornado por uma maior exposição das crianças às telas (Betti, 2021; Betti et al., 2023; Pfeifer & Sant'Anna, 2022).

O uso excessivo de telas já despertava apreensão em pesquisadores e profissionais da saúde e educação (Nobre et al., 2021) e, durante a pandemia, essa preocupação aumentou (Viana et al., 2022; Moller et al., 2023). Sabe-se que a exposição a telas prejudica o desenvolvimento infantil, contribuindo para atrasos na linguagem e na habilidade motora fina, dependência psicológica, depressão, ansiedade, problemas no sono e dificuldades emocionais e comportamentais, além de facilitar o acesso a conteúdo impróprio (Cartanya-Hueso et al., 2022; Nobre et al., 2021; Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019; Viana et al., 2022).

Entre as ocupações realizadas pelas crianças, Pfeifer & Sant'Anna (2022) destacam o brincar como uma das mais significativas. Compreendem essa ocupação como constituída por ações livres e espontâneas, motivadas intrinsecamente, que envolvem prazer e ludicidade, sem a expectativa de rendimento ou resultado específico, sendo um meio pelo qual a criança desenvolve habilidades motoras, sociais, emocionais e cognitivas.

A expressiva maioria de nossos participantes (91,4%) apontou modificações no brincar durante o início da pandemia. As mais recorrentes foram a ausência ou diminuição de brincadeiras em ambientes externos (77,1%), maior demanda da presença de um adulto para realizar essa ocupação (65,7%), ausência de brincadeiras com outras crianças (57,1%) e o aumento do tempo gasto pela criança em equipamentos eletrônicos (54,2%) (Tabela 3).

Betti (2021) investigou os impactos da pandemia nas ocupações de crianças típicas e atípicas de 4 a 6 anos e observou mudanças no brincar que corroboram nossos achados, a maioria de caráter negativo, como a falta de espaço no domicílio para a criança se movimentar, pouca variação nas formas e tipos de brincadeiras, utilização excessiva de equipamentos eletrônicos, inabilidade da criança de brincar sozinha e dificuldade dos adultos para brincar com ela.

Paterson et al. (2021), em uma revisão de estudos envolvendo crianças de 40 países, constataram restrições semelhantes relacionadas ao brincar no contexto pandêmico, como a diminuição da participação social proporcionada pelas brincadeiras, da variedade de brincadeiras e do tempo dispensado a essa ocupação. Desse modo, fica evidente que o distanciamento físico afetou diretamente o brincar em todos os aspectos, as crianças experimentaram restrições de ambientes, de parceiros e de oportunidades para brincadeiras, o que pode ter prejudicado seu processo de desenvolvimento (Pfeifer & Sant'Anna, 2022).

Ressalta-se ainda, que o brincar é um importante meio de desenvolvimento da comunicação e, principalmente, da interação social, a qual também assume caráter essencial para as transformações cognitivas, motoras, socioemocionais e da linguagem típicas do processo de desenvolvimento (Alves, 2017). Isso porque, a interação social envolve os encontros e trocas estabelecidos com o outro, e sabe-se que as crianças aprendem sobre o mundo social a partir das relações estabelecidas com as pessoas que a cercam (Alves, 2017). É através da interação com os pares que as crianças constroem relações socioculturais, elaboram modos de comportamento e são confrontadas com outras perspectivas, favorecendo a descentralização de si e possibilitando o desenvolvimento da identidade e da autonomia (Alves, 2017; Fabiani et al., 2021).

Constatou-se que a interação social das crianças com seus pares foi modificada para todos os participantes deste estudo, em que 77,1% indicaram ausência ou diminuição considerável do contato presencial (Tabela 4), sendo as videochamadas o principal meio de interação. Entretanto, ao se considerar a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Piaget, observa-se que as crianças estudadas se encontravam no estágio pré-operatório (2 a 7 anos), no qual o desenvolvimento e o aprendizado ocorrem através de experiências concretas (Papalia & Feldman, 2013). Por conseguinte, depreende-se que a manutenção do contato com os pares de forma virtual, apesar de ter sido relevante para amenizar os efeitos deletérios da ruptura de interação social (Berbet et al., 2021), não alcançou a complexidade e o potencial do desenvolvimento socioafetivo, emocional e social proporcionado pelas trocas presenciais (Tíscar-González et al., 2022).

De forma semelhante, a interação da criança com parentes próximos diminuiu consideravelmente (45,7%) ou foi ausente (31,4%) no período investigado (Tabela 4). Esses dados estão em consonância com os obtidos por Betti (2021) e reportados por Betti et al. (2023), que identificou que a maioria das crianças (66,5%) deixou de ter contato presencial com entes significativos e sentia falta desses familiares. Consequentemente, as crianças podem ter ficado mais suscetíveis a sentimentos de ansiedade, saudade e insegurança em razão do distanciamento das pessoas com quem tinham vínculo afetivo (Berbet et al., 2021).

Modificações na interação da criança com o participante foram amplamente reportadas (91,4%), sendo que a maioria (71,4%) informou que a criança ficou mais apegada e próxima (Tabela 4). Observa-se que algumas dessas mudanças pareceram ter um caráter positivo, enquanto outras apresentaram um caráter adverso, considerando o processo de desenvolvimento infantil.

Entre as mudanças que parecem ter sido positivas, destacam-se: o aumento do tempo de interação entre participante e criança (60%), a melhora na qualidade dessa interação (42,8%) e o aumento da afeição explícita entre eles (34,3%) (Tabela 4). Betti (2021) apresentou resultados semelhantes, com 44,8% dos participantes informaram que suas crianças buscaram maior interação com os adultos, e 34,5% indicaram ter mais tempo e oportunidade para momentos de interação com a família. Os adultos se tornaram os principais parceiros de brincadeiras das crianças pequenas (4 a 9 anos) no primeiro ano de pandemia (Fabiani et al., 2021). Para muitas famílias, o tempo de confinamento representou uma oportunidade de estreitar laços e fortalecer vínculos por meio da interação e do brincar (Betti, 2021; Berbet et al., 2021).

Já as mudanças que parecem ter assumido um caráter mais adverso incluíram: a criança passar a demandar mais atenção (62,8%) e ficar mais dependente dos pais (28,6%), o que pode ter contribuído para a sensação de sobrecarga dos responsáveis. Isso pode justificar a diminuição da paciência dos participantes com as crianças (37,1%) e o aumento das repreensões (34,3%) em relação ao período anterior à pandemia (Tabela 4). Para Aydogdu (2020), os pais poderiam estar mais irritados, impacientes e nervosos por conta das novas demandas impostas pelo contexto pandêmico, como a adaptação às mudanças bruscas da rotina, o cuidado e atenção em tempo integral aos filhos em razão do confinamento domiciliar e a conciliação dessas tarefas com o teletrabalho ou com a condição de desemprego.

Outra ocupação que, na infância, possui uma relação estreita com o brincar é a prática de atividades físicas, que na fase pré-escolar se manifesta por meio de movimentos como correr, pular, escalar, dançar, entre outros (Coelho, 2017, 2021). Através dessas

atividades, o pré-escolar conquista diversas habilidades, experimenta ambientes, resolve problemas, interage, cria vínculos e participa socialmente (Coelho, 2017).

**Tabela 4.** Modificações na interação social da criança com pares, parentes e com o participante entre março e julho de 2020.

Variáveis	n=35	%
<b>Mudanças na interação da criança com os pares</b>		
Sim	35	100
Não	0	0
<b>Tipos de mudança*</b>		
Contato presencial foi ausente	14	40
Contato presencial diminuiu consideravelmente	13	37,1
Contato presencial diminuiu levemente	8	22,8
<b>Mudanças na Interação da criança com parentes próximos</b>		
Sim	33	94,2
Não	2	5,7
<b>Tipos de mudança*</b>		
Contato presencial diminuiu consideravelmente	16	45,7
Contato presencial foi ausente	11	31,4
Contato presencial diminuiu levemente	6	17,1
<b>Mudanças na interação do participante com a criança</b>		
Sim	32	91,4
Não	3	8,6
<b>Tipos de mudança*</b>		
A criança ficou mais apegada ao participante	25	71,4
A criança passou a demandar mais a atenção	22	62,8
Aumento do tempo de interação	21	60
Melhora na qualidade da interação	15	42,8
Diminuição da paciência do participante com a criança	13	37,1
Aumento da afeição explícita entre a criança e a participante	12	34,3
Participante passou a repreender mais a criança	12	34,3
A criança ficou mais dependente	10	28,6
Participante se percebeu mais tolerante com a criança	7	20
Diminuição do tempo de interação	5	14,3
Diminuição da qualidade da interação	5	14,3
Participante se percebeu menos tolerante com a criança	4	11,4

\*Há sobreposição das respostas.

A prática de atividade física pelas crianças foi alterada, aspecto referido por 80% dos nossos participantes, que apontaram, principalmente, uma diminuição considerável na realização desse tipo de atividade (62,8%) e de sua variedade (37,1%) (Tabela 5). Sá et al. (2021) investigaram o tempo dedicado por brasileiros de até 13 anos a atividades físicas ao ar livre e em telas entre março e abril de 2020. Obtiveram resultados congruentes, pois verificaram redução na prática de atividades físicas, no brincar com ou sem atividade física

associada e aumento do tempo de uso de telas acima de 70% em comparação ao período anterior à pandemia. Outros estudos também reportaram redução de atividades físicas das crianças concomitante ao aumento do tempo de exposição às telas durante o período pandêmico (Carroll et al., 2020; Moller et al., 2023; Xiang et al., 2020).

Considera-se que o desenvolvimento do repertório de habilidades motoras torna-se gradativamente mais complexo, viabilizando respostas mais adequadas e resolutivas aos desafios do dia a dia (Palma et al., 2021). Por isso, as experiências motoras precisam ser vivenciadas de forma plena, para que as crianças alcancem melhores níveis de agilidade, resistência, equilíbrio, força, velocidade, entre outras habilidades que impactam as capacidades de manipulação, locomoção e estabilização corporal (Coelho, 2017).

Considerando a faixa etária pré-escolar, Guan et al. (2020) esclarecem que a prática dessas atividades ocorre, majoritariamente, por meio das interações no ambiente escolar, na educação física, no recreio, nas brincadeiras ao ar livre, no deslocamento ativo para a escola e nas atividades esportivas extracurriculares. Acrescentam, em contrapartida, que é em casa onde os comportamentos sedentários, como as atividades em telas, tendem a se acumular. Na rotina pré-pandêmica ainda era possível alcançar certo equilíbrio entre comportamentos ativos e sedentários, pois os afazeres diários e o ambiente escolar demandavam comportamento mais ativo. Já durante o confinamento domiciliar, ocorreu um aumento de comportamentos sedentários em detrimento dos comportamentos mais ativos (Guan et al., 2020).

As diretrizes da OMS para atividade física, comportamento sedentário e sono para menores de 5 anos de idade indicam que pré-escolares de 3 a 4 anos devem realizar 180 minutos diários de atividade física, dos quais ao menos 60 minutos devem ser de intensidade moderada a vigorosa (que deixem a criança ofegante) e não devem passar mais de uma hora em frente a telas por dia (World Health Organization, 2019). Essas recomendações corroboram a orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), que sugere limitar o tempo de tela diário a, no máximo, uma hora para crianças entre 2 e 5 anos. Os resultados deste e de outros estudos (Betti, 2021; Carroll et al., 2020; Moller et al., 2023; Sá et al., 2021; Stienwandt et al., 2022; Xiang et al., 2020) indicam que esses limites não foram cumpridos durante a pandemia.

Outro agravante, ao considerar os reflexos do contexto pandêmico na saúde e no desenvolvimento infantil, diz respeito aos impactos nas ocupações de sono e alimentação.

O sono é uma ocupação que assume caráter restaurador e de apoio à saúde (American Occupational Therapy Association, 2020) e se constitui como aspecto fundamental do processo fisiológico para o bem-estar e desenvolvimento na infância (Hermes et al., 2022; Lopes, 2015). A rotina de sono das crianças foi modificada para 68,6% dos responsáveis e a mudança nos horários de sono (51,4%) foi a principal alteração observada, seguida da maior resistência das crianças para dormir/acordar (37,1%) (Tabela 5). Baptista et al. (2021) e Zreik et al. (2021) também identificaram alterações na rotina do sono de pré-escolares; contudo, a minoria de seus participantes, respectivamente 42,7% e 30%, relatou problemas ou piora na qualidade do sono das crianças.

O sono desempenha papel relevante no funcionamento cerebral, no desempenho cognitivo, na função imunológica, na regulação do humor e do metabolismo e no controle do apetite (Hermes et al., 2022; Lopes, 2015). Esses estudos explicam ainda que o débito de sono aumenta a necessidade de ingestão energética e de alimentos palatáveis, que contém açúcares e gorduras, e leva a um comportamento mais sedentário durante o dia. Ademais, Hermes et al. (2022) indicam que tanto a redução das horas de

sono quanto o hábito de dormir tarde estão relacionados a uma dieta de má qualidade, o que promove hábitos alimentares menos saudáveis.

**Tabela 5.** Modificações nas ocupações infantis de autocuidado (alimentação, prática de atividades físicas e sono) entre março e julho de 2020.

Variáveis	n=35	%
<b>Mudança na rotina de alimentação</b>		
Sim	31	88,6
Não	4	11,4
<b>Tipos de mudanças*</b>		
Dificuldade em manter a rotina de alimentação organizada	18	51,4
Maior necessidade de ajuda para comer	15	42,8
Dificuldade em aceitar alimentos	13	37,1
Dificuldade em parar para se alimentar	10	28,6
Aumento do apetite	10	28,6
Diminuição do apetite	4	11,4
<b>Mudança na rotina de atividades físicas</b>		
Sim	28	80
Não	7	20
<b>Tipos de mudanças*</b>		
Diminuição considerável na prática dessas atividades	22	62,8
Diminuição da variedade de atividades físicas	13	37,1
Diminuição do interesse da criança nesse tipo de atividade	5	14,3
Diminuição pequena, mesmo restrito ao ambiente doméstico	5	14,3
A criança ficou mais tempo parada e com menor disposição	3	8,6
A criança cansou-se com mais facilidade e/ou ficou menos tempo envolvida por conta do cansaço	3	8,6
Outros	2	5,7
A criança passou a fazer atividades físicas em ambientes mais abertos e isolados	1	2,8
<b>Mudança na rotina de sono</b>		
Sim	24	68,6
Não	11	31,4
<b>Tipos de mudanças*</b>		
Mudança no(s) horário(s) do sono	18	51,4
Maior resistência para dormir e/ou acordar	13	37,1
Menor tempo de sono	6	17,1
Inconsistência na rotina do sono	5	14,3
Despertava mais que o usual durante a noite	5	14,3
Apresentar mais pesadelos que usualmente	3	8,6
Necessitar da presença dos pais	3	8,6
Passar a dormir por mais tempo	2	5,7

\*Há sobreposição das respostas.



As mães do estudo de Betti (2021) apontaram que a mudança nos horários de sono durante a pandemia foi a maior dificuldade referente a essa ocupação, ao passo que na alimentação, o maior desafio foi o pedido constante por alimentos menos saudáveis, assim como a falta de rotina e organização das refeições. De forma semelhante, 88,6% dos participantes deste estudo relataram mudanças na alimentação das crianças, destacando-se a dificuldade em manter uma rotina alimentar organizada (51,4%), a maior necessidade de ajuda da criança durante as refeições (42,8%) e a dificuldade na aceitação dos alimentos pela criança (37,1%) (Tabela 5).

No estudo de Carroll et al. (2020), 51% dos pais apontaram que a alimentação de suas crianças foi modificada durante a pandemia, em que 42% referiu que a criança passou a comer mais e 55% afirmou que houve um aumento no consumo de salgadinhos e lanches. Philippe et al. (2021), ao estudarem hábitos alimentares de crianças francesas (3 a 12 anos), constataram que esses hábitos foram alterados para 60% dos participantes durante a pandemia. As crianças apresentaram maior frequência do ato de comer ou demandar comida como resposta emocional (como à ansiedade e ao tédio), ansiavam mais pelas refeições e lanches, apresentaram aumento do apetite e maior frequência de lanches entre as refeições em relação ao período pré-pandêmico. Detectaram, ainda, aumento estatisticamente significativo no consumo de alimentos pouco saudáveis (ricos em açúcar, gordura e ultraprocessados).

A falta de organização da rotina alimentar, a dificuldade na aceitação de alimentos saudáveis e o maior consumo de alimentos ultraprocessados, somados à diminuição da prática de atividade física e ao aumento de comportamentos sedentários, podem prejudicar o estabelecimento de bons hábitos alimentares na infância, o que pode interferir nos hábitos alimentares ao longo da vida – determinantes de saúde e bem-estar (Hermes et al., 2022; Lopes, 2015).

Diante do exposto, a constante e prolongada exposição a menores níveis de atividade física, privações no lazer, no brincar e na interação social, além do excesso de uso de telas, somadas às alterações na alimentação e sono, observadas neste estudo, podem ter causado efeitos deletérios para as crianças de todo o mundo. Isso se torna particularmente relevante para que ações e políticas públicas sejam fortalecidas e direcionadas a mitigar os efeitos adversos que esse contexto pode ter causado sobre as infâncias no Brasil.

## **Considerações Finais**

Todas as ocupações infantis investigadas foram impactadas durante a fase inicial da pandemia. Detectou-se restrições relevantes no brincar, ocupação primária e primordial na infância, de extrema relevância para o processo desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social na infância. A interação social com pares e parentes significativos, assim como o lazer infantil – ocupações que, como o brincar, são importantes para a saúde mental da criança e oferecem oportunidades para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais – também sofreram limitações durante a pandemia.

Houve ainda uma diminuição considerável das atividades físicas, que aos três anos de idade ocorrem principalmente por meio de brincadeiras motoras, as quais estão em plena expansão e oferecem estímulos para a aprendizagem e o refinamento de habilidades motoras, ao passo que o tempo de atividades em tela aumentou. Essa combinação pode causar prejuízos ao desenvolvimento e à saúde, pois favorece o sedentarismo na infância. As ocupações de alimentação e sono, essenciais para manutenção da saúde e bem-estar, foram

afetadas negativamente para a maioria das crianças, o que pode ter dificultado a sua regulação emocional e interferido negativamente na adoção de hábitos saudáveis ao longo da vida.

Este estudo identificou que as transformações ocorridas impactaram negativamente, em especial, a forma, a qualidade e a quantidade das atividades realizadas no cotidiano das crianças investigadas. A diversidade dos ambientes e das interações, tão fundamentais para o desenvolvimento dos pré-escolares, foram suspensas do cotidiano ou demasiadamente limitadas nesse período. Assim, os achados apontam que as crianças vivenciaram um processo de interrupção ocupacional durante a fase inicial da pandemia, e que isso pode ter ocasionado prejuízos a sua saúde e bem-estar.

É válido elucidar que os prejuízos ao processo de desenvolvimento infantil levantados neste estudo não remetem apenas a alterações ou atrasos no desenvolvimento, mas também a restrições de oportunidades promotoras desse processo, impostas pela pandemia. Logo, a vivência do contexto pandêmico pode ter assumido caráter de força despotencializadora do desenvolvimento infantil.

Reconhece-se que esta pesquisa tem limitações. O pequeno tamanho amostral e a amostragem não probabilística impedem a generalização dos resultados, assim como o elevado estrato socioeconômico dos participantes reflete uma realidade social diferente da maioria da população carioca. Apesar disso, este estudo divulga informações importantes sobre as mudanças nas ocupações vividas por pré-escolares de 3 anos com condições socioeconômicas similares a de nossos participantes.

Além disso, pode ter ocorrido o viés de memória, já que os dados levantados se referem ao período de março a julho de 2020, enquanto a coleta ocorreu entre dezembro de 2020 e março de 2021, o que pode comprometer a validade interna do estudo. Todavia, a excepcionalidade da pandemia e das medidas de distanciamento físico no contexto brasileiro parece ser um fator que atenua esse viés e, por isso, acredita-se que os dados obtidos representem a vivência dos participantes. O viés de desajustabilidade social também pode ter aumentado a predisposição de alguns participantes a fornecer respostas socialmente aceitas e consideradas adequadas no questionário.

Conclui-se que, apesar dessas limitações, os resultados contribuem para uma compreensão mais ampla de como as ocupações de pré-escolares foram alteradas e restritas durante a pandemia.

Este estudo pode ser útil para enriquecer e instigar futuras pesquisas relacionadas sobre a experiência inédita e prolongada do contexto pandêmico, bem como às restrições ocupacionais na infância, saúde, bem-estar e desenvolvimento infantil. Estudos dessa natureza são relevantes tanto para fortalecer e ampliar políticas públicas vinculadas à saúde, educação e assistência social, visando atenuar os efeitos adversos da pandemia sobre o desenvolvimento infantil, quanto para preparar tais setores para futuras situações que possam exigir restrições semelhantes às impostas pelo cenário pandêmico.

## Referências

- Almeida, W. S., Szwarcwald, C. L., Malta, D. C., Barros, M. B. A., Souza Júnior, P. R. B., Azevedo, L. O., Romero, D., Lima, M. G., Damascena, G. N., Machado, I. E., Gomes, C. S., Pina, M., Gracie, R., Werneck, A. O., & Silva, D. R. P. (2020). Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200105.

- Alves, M. A. D. (2017). *A importância das interações sociais no desenvolvimento das competências sociais* (Dissertação de mestrado). Escola de Educação e Desenvolvimento Humano, Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa.
- American Occupational Therapy Association – AOTA. (2020). Occupational therapy practice framework: domain and process fourth edition. *The American Journal of Occupational Therapy*, 74(Suppl. 2), 1-87.
- Andrade, S. M. O., & Theobald, M. R. (2020) O desenho – natureza da pesquisa: quantitativo, qualitativo e tipologias de pesquisa. In S. M. O. Andrade & G. E. Pegolo (Eds.), *A pesquisa científica em saúde: concepção, execução e apresentação* (pp. 128-145). Campo Grande: UFMS.
- Aquino, E. M. L., Silveira, I. H., Pescarini, J. M., Aquino, R., Souza-Filho, J. A., Rocha, A. S., Ferreira, A., Victor, A., Teixeira, C., Machado, D. B., Paixão, E., Alves, F. J. O., Pilecco, F., Menezes, G., Gabrielli, L., Leite, L., Almeida, M. C. C., Ortelan, N., Fernandes, Q. H. R. F., Ortiz, R. J. F., Palmeira, R. N., Pinto Junior, E. P., Aragão, E., Souza, L. E. P. F., Barral Netto, M., Teixeira, M. G., Barreto, M. L., Ichihara, M. Y., & Lima, R. T. R. S. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciencia & Saúde Coletiva*, 25(Supl. 1), 2423-2446.
- Araújo, L. A., Veloso, C. F., Souza, M. C., Azevedo, J. M. C., & Tarro, G. (2021). The potential impact of the COVID-19 pandemic on child growth and development: a systematic review. *Jornal de Pediatria*, 97(4), 369-377.
- Araújo, T. M., & Lua, I. (2021). O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46, e27.
- Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa – APEB. (2019). *Critério de classificação econômica Brasil*. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- Aydogdu, A. L. F. (2020). Saúde mental das crianças durante a pandemia causada pelo novo coronavírus: revisão integrativa. *Journal Health NPEPS*, 5(2), e4891.
- Baptista, A. S., Prado, I. M., Perazzo, M. F., Pinho, T., Paiva, S. M., Pordeus, I. A., & Serra-Negra, J. M. (2021). Can children’s oral hygiene and sleep routines be compromised during the COVID-19 pandemic? *International Journal of Paediatric Dentistry*, 31(1), 12-19.
- Barros, A. J. D., Victora, C. G., Menezes, A. M. B., Horta, B. L., Hartwig, F., Victora, G., Pellanda, L. C., Dellagostin, O. A., Struchiner, C. J., Burattini, M. N., Gonçalves, M. R., Possuelo, L. G., Weber, L. P., Estima, S. L., Jacques, N., Härter, J., Silva, S. G., Frizzo, M., Lima, R. C., Barros, F. C., Silveira, M. F., & Hallal, P. C. (2020). Social distancing patterns in nine municipalities of Rio Grande do Sul, Brazil: the Epicovid19/RS study. *Revista de Saúde Pública*, 54, 1-14.
- Berbet, L. D., Freitas, P. S., Lima, R. S., Moreira, D. S., Felipe, A. O. B., & Silveira-Monteiro, C. A. (2021). A pandemia da COVID-19 na saúde da criança: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 10(7), 1-18.
- Betti, A. C. M. (2021). *Ocupações infantis e pandemia da COVID-19: a percepção das mães* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Betti, A. C. M., Folha, D. R. S. C., & Della Barba, P. C. S. (2023). Percepção de mães sobre as ocupações infantis durante o período de distanciamento social em razão da pandemia de COVID-19. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3148.
- Boelens, M., Smit, M. S., Windhorst, D. A., Jonkman, H. J., Hosman, C. M. H., Raat, H., & Jansen, W. (2022). Associations between organised leisure-time activities and mental health problems in children. *European Journal of Pediatrics*, 181(11), 3867-3877.
- Brasil. (2020, 28 de abril). Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID 19. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020>

- Carroll, N., Sadowski, A., Laila, A., Hruska, V., Nixon, M., Ma, D. W. L., & Haines, J. (2020). The Impact of COVID-19 on health behavior, stress, financial and food security among middle to high income Canadian families with young children. *Nutrients*, 12(8), 2352.
- Cartanyà-Hueso, A., Lidón-Moyano, C., González-Marrón, A., Martín-Sánchez, J. C., Amigo, F., & Martínez-Sánchez, J. M. (2022). Association between leisure screen time and emotional and behavioral problems in Spanish children. *The Journal of Pediatrics*, 241, 188-195.
- Coelho, J. F. S. (2021) *Impacto da COVID-19 no dia a dia das crianças e seus cuidadores* (Dissertação de mestrado). Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico do Porto, Porto.
- Coelho, V. A. C. (2017). *Entre a casa e a escola: práticas de atividades físicas e desenvolvimento infantil* (Tese de doutorado). Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.
- Fabiani, D. J. F., Silva, L. F. N., Góes Júnior, A. L., Lima Júnior, J. B. G., & Scaglia, A. J. (2021). Brincar na pandemia: implicações para a Educação Física a partir do inventário da cultura lúdica. *Educación Física y Ciencia*, 23(4), e197.
- Fernandes, A. D. S. A., Gini, C. C., Speranza, M., & Gasparini, D. A. (2023). A saúde mental das crianças durante a pandemia da COVID-19: uma perspectiva de professores de uma unidade de educação infantil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3548.
- Figueiredo, M. O., Alegretti, A. L., & Magalhães, L. (2021). COVID-19 and child development: educational material for family members. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 21(Suppl. 2), 501-508.
- Folha, D. R. S. C., & Della Barba, P. C. S. (2020). Produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis: uma revisão de literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 227-245.
- Guan, H., Okely, A. D., Aguilar-Farias, N., Del Pozo Cruz, B., Draper, C. E., El Hamdouchi, A., Florindo, A. A., Jáuregui, A., Katzmarzyk, P. T., Kontsevaya, A., Löf, M., Park, W., Reilly, J. J., Sharma, D., Tremblay, M. S., & Veldman, S. L. C. (2020). Promoting healthy movement behaviours among children during the COVID-19 pandemic. *The Lancet. Child & Adolescent Health*, 4(6), 416-418.
- Hammell, K. W. (2020). Engagement in living during the COVID-19 pandemic and ensuing occupational disruption. *Occupational Therapy Now*, 22(4), 7-8.
- Hermes, F. N., Nunes, E. E. M., & Melo, C. M. (2022). Sono, estado nutricional e hábitos alimentares em crianças: um estudo de revisão. *Revista Paulista de Pediatria*, 40, e2020479.
- Hocking, C., & Townsend, L. (2020). Celebrating Ann Wilcock: a call to action. *Journal of Occupational Science*, 27(1), 6-11.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2020). *PNAD contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua: renda domiciliar per capita 2020*. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=32275&t=downloads>
- Linhares, M. B. M., & Enumo, S. R. F. (2020). Reflexões baseadas na psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. *Estudos de Psicologia*, 37, 1-14.
- Lopes, C. F. B. (2015). *Sono e alimentação em crianças de idade pré-escolar* (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1), 63-77.
- Moller, N., Gomes Junior, S. C., Marano, D., & Zin, A. (2023). Survey of adequacy of brazilian children to the 24-Hours Movement Guidelines before and during the COVID-19 pandemic. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 20(9), 1-11.
- Nizzero, A., Cote, P., & Cramm, H. (2017). Occupational disruption: a scoping review. *Journal of Occupational Science*, 24(2), 114-127.

- Nobre, J. N. P., Santos, J. N., Santos, L. R., Guedes, S. C., Pereira, L., Costa, J. M., & Morais, R. L. S. (2021). Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. *Ciencia & Saude Coletiva*, 26(3), 1127-1136.
- Organização Pan-Americana da Saúde – PAHO. (2020). *Folha informativa sobre a COVID-19*. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <https://www.paho.org/pt/covid19>
- Palma, M. S., Camargo, V. A., & Pontes, M. F. P. (2021). Efeitos da atividade física sistemática sobre o desempenho motor de crianças pré-escolares. *Revista da Educação Física/UEM*, 23(3), 421-429.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento cognitivo nos três primeiros anos. In D. E. Papalia & R. D. Feldman (Eds.), *Desenvolvimento humano* (pp. 168-203). Porto Alegre: AMGH Editora LTDA.
- Paterson, D. C., Ramage, K., Moore, S. A., Riazi, N., Tremblay, M. S., & Faulkner, G. (2021). Exploring the impact of COVID-19 on the movement behaviors of children and youth: a scoping review of evidence after the first year. *Journal of Sport and Health Science*, 10(6), 675-689.
- Pfeifer, L. I., & Sant'Anna, M. M. M. (2022). O brincar em tempos de pandemia da COVID-19: reflexões sob a perspectiva da terapia ocupacional. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 6(1), 834-844.
- Philippe, K., Chabanet, C., Issanchou, S., & Monnery-Patris, S. (2021). Child eating behaviors, parental feeding practices and food shopping motivations during the COVID-19 lockdown in France: (how) did they change? *Appetite*, 161, 105132.
- Rio de Janeiro. (2020a, 21 de março). Decreto nº 47.282, de 21 de março de 2020. Determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID - 19, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 6, pp. 2-3. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <https://pge.rj.gov.br/covid19/municipal/decretos>
- Rio de Janeiro. (2020b, 2 de junho). Decreto nº 47.488, de 2 de junho de 2020. Institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 58, pp. 2-28. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <https://pge.rj.gov.br/covid19/municipal/decretos>
- Rio de Janeiro. (2020c, 31 de julho). Decreto nº 47.721, de 31 de julho de 2020. Altera o Decreto Rio nº 47.488, de 02 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 34, n. 101, pp. 2-5. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <https://pge.rj.gov.br/covid19/municipal/decretos>
- Sá, C. S. C., Pombo, A., Luz, C., Rodrigues, L. P., & Cordovil, R. (2021). Distanciamento social COVID-19 no Brasil: efeitos sobre a rotina de atividade física de famílias com crianças. *Revista Paulista de Pediatria*, 39, 1-8.
- Salvato, M. A., Ferreira, P. C. G., & Duarte, A. J. M. (2010). O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. *Estudos Econômicos*, 40(4), 753-791.
- Silva, J. M. S., Cardoso, V. C., Abreu, K. E., & Silva, L. S. (2020). A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, 8(3), 149-161.
- Sima, L., Thomas, Y., & Lowrie, D. (2017). Occupational disruption and natural disaster: finding a 'new normal' in a changed context. *Journal of Occupational Science*, 24(2), 128-139.
- Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP. (2019). *Manual de orientação #Menos telas #Mais saúde*. Rio de Janeiro: SBP. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sbp-atualiza-recomendacoes-sobre-saude-de-criancas-e-adolescentes-na-era-digital/>

- Stienwandt, S., Cameron, E. E., Soderstrom, M., Casar, M., Le, C., & Roos, L. E. (2022). Family factors associated with hands-on play and screen time during the COVID-19 pandemic. *Child and Youth Care Forum, 51*(6), 1091-1115.
- Tíscar-González, V., Santiago-Garín, J., Moreno-Casbas, T., Zorrilla-Martínez, I., Nonide-Robles, M., & Portuondo-Jiménez, J. (2022). Percepciones y vivencias de escolares de 7 a 8 años del País Vasco durante la alerta sanitaria COVID-19. *Gaceta Sanitaria, 36*(1), 19-24.
- Viana, L. B. O. P., Egypto, I. A. S., & Sousa, M. N. A. (2022). Impactos do aumento do tempo de exposição às telas digitais na infância durante a pandemia da Covid-19. *Revista CES Salud Pública y Epidemiología, 1*(2), 99-114.
- Wilcock, A. A. (1999). Reflections on doing, being and becoming. *Australian Occupational Therapy Journal, 46*(1), 1-11.
- Wilcock, A. A. (2007). Occupation and health: are they one and the same? *Journal of Occupational Science, 14*(1), 3-8.
- World Health Organization – WHO. (2019). *Guidelines on physical activity, sedentary behaviour and sleep for children under 5 years of age*. Geneva: WHO. Recuperado em 1 de dezembro de 2023, de <https://iris.who.int/handle/10665/311664>
- Xiang, M., Zhang, Z., & Kuwahara, K. (2020). Impact of COVID-19 pandemic on children and adolescents' lifestyle behavior larger than expected. *Progress in Cardiovascular Diseases, 63*(4), 531-532.
- Zreik, G., Asraf, K., Haimov, I., & Tikotzky, L. (2021). Maternal perceptions of sleep problems among children and mothers during the coronavirus disease 2019 (COVID-19) pandemic in Israel. *Journal of Sleep Research, 30*(1), e13201.

### Contribuição das Autoras

Carolinne Linhares Pinheiro foi responsável pela produção, análise e discussão dos dados e redação do manuscrito. Sylvia Gois Santos Vitorio colaborou na análise e discussão dos dados e redação do manuscrito. Mirela de Oliveira Figueiredo foi responsável pela revisão do texto e colaborou na redação final do manuscrito. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

### Fonte de Financiamento

O trabalho recebeu apoio através de bolsa do Programa Institucional de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq) e institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), bem como do programa institucional de incentivo a projetos de pesquisa do IFRJ (PROCIÊNCIA).

### Autora para correspondência

Carolinne Linhares Pinheiro  
e-mail: carolinne.pinheiro@ifrj.edu.br

### Editora de seção

Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba